DOI: 10.30612/mones.v14i27.19464

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Regularização Fundiária e Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise dos Impactos do Programa Titula Brasil nos Assentamentos Do Maranhão

Luiz Eduardo Simões de Souza
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís, Maranhão, Brasil
E-mail: luiz.souza@ufma.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8817-5379

Perla Daniele Costa Carreiro
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís, Maranhão, Brasil
E-mail: perla.daniele@discente.ufma.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-7687-0869

Conceição de Maria Rabelo Bezerra
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís, Maranhão, Brasil
E-mail: conceicao.rabelo@discente.ufma.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-4306-402X

Resumo: Este artigo analisa os impactos socioeconômicos do Programa Titula Brasil nos projetos de assentamento do Maranhão, com ênfase na promoção do desenvolvimento sustentável e da inclusão social, nos termos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A metodologia integra análise quantitativa e qualitativa de dados coletados pelo Termo de Execução Descentralizada (TED INCRA-UFMA), firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e dados extraídos do aplicativo Titula Brasil para avaliar como a regularização fundiária contribui para a segurança jurídica, o acesso à terra e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas no Maranhão. O estudo busca destacar as potencialidades e os desafios das políticas públicas voltadas ao campo, propondo recomendações para aprimorar as iniciativas de regularização fundiária e promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Palavras-chave: regularização fundiária; desenvolvimento rural; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; política pública; Maranhão

Land regularization and sustainable development: an analysis of the impacts of the Titula Brasil Program in settlements in Maranhão

Abstract: This article analyzes the socioeconomic impacts of the Titula Brasil Program on settlement projects in Maranhão, focusing on the promotion of sustainable development and social inclusion in line with the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs). Combining quantitative and qualitative methods to analyze data collected through the Decentralized Execution Agreement (TED INCRA-UFMA, in Portuguese), signed by the National Institute for Colonization and Land Reform (INCRA, in Portuguese) and the Federal University of Maranhão (UFMA, in Portuguese), and data collected from the Titula Brasil app, we aim to assess how land regularization contributes to legal security, access to land, and to the improvement of life conditions for settled families in Maranhão. The article seeks to highlight the potential and challenges of public policies focused on rural areas, offering recommendations to enhance land regularization initiatives and to promote more inclusive and sustainable development.

Keywords: land regularization; rural development; Sustainable Development Goals; public policy; Maranhão

Regularización de la propiedad rural y desarrollo sostenible: análisis de los impactos del Programa Titula Brasil en los asentamientos de Maranhão

Resumen: Este artículo analiza los impactos socioeconómicos del Programa Titula Brasil en los proyectos de asentamiento de Maranhão, con énfasis en la promoción del desarrollo sostenible y de la inclusión social, en los términos de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de las Naciones Unidas. La

CC BY NC SA

metodología integra análisis cuantitativo y cualitativo de datos recopilados por el Acuerdo de Ejecución Descentralizada (TED INCRA-UFMA, por su sigla en portugués), firmado por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Rural (INCRA, por su sigla en portugués) y la Universidad Federal de Maranhão (UFMA), y datos recopilados de la aplicación Titula Brasil para evaluar cómo la regularización de la tierra contribuye a la seguridad jurídica, al acceso a la tierra y a la mejora de las condiciones de vida de las familias asentadas en Maranhão. El estudio tiene por objetivo destacar las potencialidades y los desafíos de las políticas públicas enfocadas en el ámbito rural, y proponer recomendaciones para mejorar las iniciativas de regularización de tierras y promover un desarrollo más inclusivo y sostenible.

Palabras clave: regularización de la propiedad rural; desarrollo rural; Objetivos de Desarrollo Sostenible; políticas públicas; Maranhão

Recebido em: 13/01/2025
Aceito em: 16/07/2025

INTRODUÇÃO

Historicamente caracterizado por profundas desigualdades no acesso à terra, o Brasil tem enfrentado desafios estruturais para promover a inclusão socioeconômica das populações rurais e alcançar o desenvolvimento sustentável (Sachs, 2004). Nesse cenário, a implementação do Programa Titula Brasil, regulamentado em 2021, constitui uma política pública fundamental para a regularização fundiária em projetos de assentamento e áreas rurais de domínio público. Essa iniciativa busca não apenas assegurar a posse formal da terra, mas também integrar os beneficiários em uma dinâmica produtiva sustentável e resiliente, ao mesmo tempo em que promove segurança jurídica e autonomia econômica no campo.

A regularização fundiária desempenha um papel estratégico na redução das disparidades socioeconômicas, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, a geração de renda e o acesso a políticas públicas. Com efeito, estudos conduzidos no âmbito do "Termo de Execução Descentralizada" (TED), firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), demonstram que a titulação de terras em assentamentos rurais impacta diretamente a segurança alimentar, as condições habitacionais e a diversificação das atividades produtivas. No entanto, o processo é permeado por desafios operacionais, como a capacitação técnica dos municípios e a mitigação de conflitos de interesse, frequentemente apontados como entraves à eficácia dessas políticas.

Diante da relevância das questões fundiárias para o desenvolvimento sustentável, nosso objetivo aqui é analisar os impactos socioeconômicos da regularização fundiária promovida pelo Programa nos projetos de assentamento do estado do Maranhão, considerando as suas implicações para a segurança jurídica, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Partindo da contextualização advinda das concepções do Banco Mundial e das políticas públicas em caráter nacional, buscamos avaliar, mais especificamente, como a titulação das terras no Maranhão contribui para a melhoria das condições de vida das populações assentadas, por meio de indicadores como renda familiar, acesso a políticas públicas e diversificação produtiva.

Como veremos, os resultados demonstram que, embora a titulação contribua para a inclusão social e a formalização de direitos, o alcance pleno de seus objetivos depende de ações complementares voltadas à sustentabilidade ambiental, à capacitação técnica e ao fortalecimento institucional. A partir desta análise, buscamos oferecer recomendações para o aprimoramento das políticas públicas de regularização fundiária no Maranhão, contribuindo para a formulação de estratégias integradas que promovam o desenvolvimento regional sustentável. Entre os aspectos abordados estão a necessidade de fortalecimento da governança local, a capacitação técnica dos agentes envolvidos e a adoção de abordagens mais inclusivas e sustentáveis para a gestão fundiária. Ao trazer uma visão crítica e baseada em evidências sobre os impactos do Programa Titula Brasil, espera-se contribuir para o debate acadêmico e institucio-

nal sobre os vínculos entre governança fundiária, desenvolvimento regional e sustentabilidade (Rückert; Cardoso Jr.; Rocha Neto, 2017), propondo reflexões que orientem a transição para modelos de governança agrária mais inclusivos, resilientes e sustentáveis.

Metodologia

Para analisar os impactos da regularização fundiária promovida pelo Programa Titula Brasil no estado do Maranhão, adotamos uma abordagem interdisciplinar e mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. A pesquisa baseia-se em dados primários coletados por meio do aplicativo Titula Brasil, utilizado para elaborar laudos socioeconômicos sobre os beneficiários e ocupantes dos projetos de assentamento, bem como em dados secundários provenientes de relatórios técnicos do TED INCRA-UFMA e outras fontes institucionais. Esse conjunto de dados fornece uma base robusta para compreender as condições de moradia, saneamento, infraestrutura básica e práticas agrícolas e pecuárias, bem como identificar as relações entre a regularização fundiária e o desenvolvimento sustentável agrícola, especialmente no contexto de populações vulneráveis, como agricultores familiares, mulheres e comunidades tradicionais.

A análise quantitativa foi realizada a partir de uma amostragem de informações coletadas entre 2022 e 2023, abrangendo mais de 30 projetos de assentamento no Maranhão. A amostra foi composta por dados representativos de aproximadamente 30% das famílias beneficiárias e ocupantes desses assentamentos, incluindo indicadores como renda, moradia, saneamento básico e produção agrícola e pecuária. Esses dados foram sistematizados e organizados em categorias para facilitar a comparação entre diferentes assentamentos e identificar padrões e tendências socioeconômicas.

Complementarmente, a análise qualitativa envolveu a revisão de documentos oficiais, relatórios de campo e normativas relacionadas ao Programa Titula Brasil e à regularização fundiária no estado. A interpretação dos resultados apresentados nos laudos socioeconômicos teve por foco a identificação de fatores que limitam ou potencializam o impacto da política pública. Além disso, para avaliar a inclusão social promovida pelo programa, considerou-se a perspectiva de populações vulneráveis, como mulheres e comunidades tradicionais.

Para garantir a validade dos resultados, utilizou-se uma triangulação metodológica, que consiste em comparar os dados coletados em campo com informações secundárias de bases de dados públicas e análises de especialistas. Essa triangulação permitiu verificar a consistência dos dados, identificar lacunas na implementação do programa e propor recomendações baseadas em evidências. A análise estatística foi realizada com o auxílio de softwares especializados, enquanto as análises qualitativas seguiram um modelo de interpretação contextual, considerando fatores políticos, econômicos e ambientais.

Por fim, a metodologia adotada reflete o compromisso com uma abordagem ética e participativa. Todos os dados coletados respeitaram as normas de confidencialidade e sigilo, conforme preconizado pela legislação brasileira e pelas diretrizes do programa. Ainda, o estudo buscou manter um diálogo constante com os relatórios técnicos do TED INCRA-UFMA, utilizando suas análises para embasar interpretações críticas sobre os impactos da regularização fundiária no Maranhão. Essa metodologia permite uma compreensão abrangente dos desafios e avanços associados ao Programa Titula Brasil, contribuindo para um debate mais qualificado sobre o tema.

A AGRICULTURA FAMILIAR E O BANCO MUNDIAL NO BRASIL

A agricultura familiar no Brasil é reconhecida como um pilar central na promoção da segurança alimentar, geração de emprego e redução da pobreza rural. No entanto, historicamente, esse segmento enfrentou dificuldades significativas relacionadas ao acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura adequada. A partir da década de 1980, o Banco Mundial desempenhou um papel estratégico na formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, enfatizando a necessidade de mecanismos de financiamento inclusivos e adaptados às especificidades desse setor (Banco Mundial, 1987). Essas diretrizes influenciaram a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), implementado em 1996, que se tornou um marco na inclusão produtiva dos pequenos agricultores.

Em seu Relatório de 1987, o Banco Mundial destacou a importância de superar barreiras estruturais que limitavam a capacidade produtiva da agricultura familiar. A análise apontou que as políticas públicas de crédito rural até então existentes eram orientadas principalmente para grandes proprietários e empresas agrícolas, negligenciando os pequenos agricultores. Nesse contexto, o PRONAF surgiu como uma resposta direta a essas demandas, com foco na oferta de linhas de crédito acessíveis, juros reduzidos e condições mais favoráveis para investimentos em produção, custeio e infraestrutura.

Embora o PRONAF tenha promovido avanços significativos, o impacto das políticas orientadas pelo Banco Mundial foi alvo de críticas. Para muitos estudiosos, embora o Programa tenha ampliado o acesso a crédito, também reproduziu desigualdades dentro do próprio segmento da agricultura familiar. Agricultores mais estruturados, com maior capacidade de atender às exigências burocráticas, tiveram maior acesso aos recursos, enquanto os pequenos agricultores mais vulneráveis continuaram à margem. Essa dinâmica reforça a necessidade de aprimorar as políticas públicas para que elas alcancem efetivamente aqueles que mais necessitam (Martins, 1979).

CC BY NC SA

Além das questões relacionadas ao crédito, o Banco Mundial também contribuiu para a formulação de programas voltados ao fortalecimento das cadeias produtivas e à inclusão dos agricultores familiares no mercado. Em 2001, a instituição reforçou a necessidade de investimentos em infraestrutura rural, capacitação técnica e acesso a mercados como elementos essenciais para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar (Banco Mundial, 2001). Essas recomendações foram incorporadas em iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que impulsionaram a comercialização dos produtos da agricultura familiar e garantiram renda para milhares de famílias.

Contudo, a agenda promovida pelo Banco Mundial foi amplamente debatida por enfatizar soluções de mercado em detrimento de reformas estruturais, como a redistribuição de terras e o fortalecimento de instituições públicas locais. Embora tenha promovido avanços no acesso ao crédito e à inclusão produtiva, essa abordagem foi limitada em lidar com a concentração fundiária e as desigualdades estruturais do campo brasileiro. A literatura crítica sugere que políticas mais abrangentes, que combinem regularização fundiária, reforma agrária e investimentos em assistência técnica, são indispensáveis para alcançar um desenvolvimento rural efetivamente sustentável (Andrade, 1963; Martins, 1979).

A atuação do órgão no Brasil representa um marco no fortalecimento da agricultura familiar, mas também levanta questionamentos sobre as limitações de uma agenda predominantemente orientada pelo mercado. Enquanto programas como o PRONAF e o PAA demonstraram potencial para transformar as condições de vida de pequenos agricultores, sua eficácia depende de políticas complementares que abordem as raízes das desigualdades no campo. A integração entre regularização fundiária, redistribuição de terras e investimentos em infraestrutura e capacitação técnica é essencial para consolidar a agricultura familiar como um eixo estratégico do desenvolvimento sustentável no Brasil.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

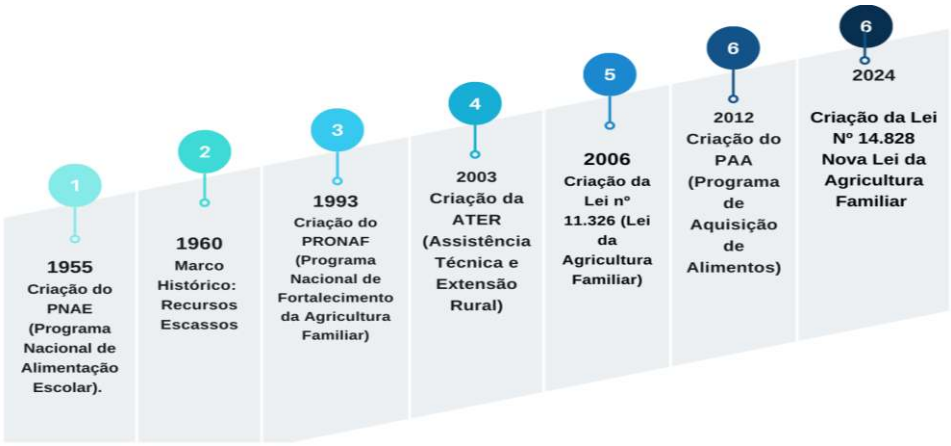
A agricultura familiar no Brasil tem sido objeto de diversas políticas públicas e programas governamentais voltados à sua promoção e sustentabilidade. Esses instrumentos são fundamentais para reduzir desigualdades históricas no campo e fortalecer a inclusão socioeconômica das populações rurais.

Antes da década de 1960, a agricultura familiar no Brasil estava relegada a recursos escassos para seu desenvolvimento, enfrentando, portanto, condições de trabalho precárias, produtividade reduzida e acesso limitado a recursos financeiros e tecnológicos (Prado Jr., 1960, 1966; Vinhas, 1980). Ao tratar dos problemas agrários-camponeses do Brasil em 1968, Vinhas (1980) enfatiza que o atraso e a miséria presente não são a causa fundamental do problema agrário no Brasil, mas sim os efeitos decorrentes de uma causa mais profunda. Nas palavras do autor,

> O atraso e a miséria são uma realidade no campo brasileiro. Há falta de máquinas e existem outras deficiências que complicam, sem dúvida, nossa questão agrária e camponesa. Todavia não são a causa básica, essencial, do problema agrário brasileiro. São apenas um efeito. Atingida a causa, as mazelas assinaladas e outras mais que pesam sobre a estrutura vigente, serão removíveis (Vinhas, 1980).

No caso do Maranhão, diante dos desafios enfrentados pela agricultura familiar, as políticas públicas e os programas governamentais surgem como instrumentos fundamentais para garantir a sustentabilidade e o fortalecimento desse setor. A implementação dessas iniciativas busca não apenas mitigar as dificuldades, mas também criar um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais (Grisa, 2012). Nesse contexto, surgiram diversos programas federais e estaduais para apoiar o setor da agricultura familiar, acompanhando uma tendência observada no Brasil de modo mais geral (ver Figura 1).

Figura 1: Criação dos programas de apoio à agricultura familiar no Brasil (1955-2024)



Fonte: Elaboração própria (2024).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu as bases legais para a função social da propriedade, determinando que o uso da terra deve atender aos interesses coletivos e contribuir para o bem-estar social. Esse marco legal orientou a criação de programas como o PRONAF e o PAA, que desempenham papel central no fortalecimento da agricultura familiar no país. Instituído em 1996, o PRONAF é considerado um dos programas mais importantes no apoio à agricultura familiar, oferecendo crédito rural com condições favoráveis, incluindo juros reduzidos e prazos ampliados, para custeio, investimento e comercialização da produção. Esse programa foi concebido para atender às demandas específicas dos agricultores familiares, reconhecendo sua importância para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável (Grisa; Schneider, 2014). Ao longo dos anos, o PRONAF também incorporou serviços de assistência técnica e extensão rural, ampliando seu impacto na modernização produtiva e na capacitação dos pequenos produtores.

Por sua vez, o PAA, criado em 2003, visava promover a compra direta de produtos da agricultura familiar para abastecer redes de segurança alimentar e nutricional, como escolas e hospitais. Essa iniciativa não apenas garante renda para os agricultores, mas também fomenta a produção local e fortalece as economias regionais. Em complemento, o PNAE direciona pelo menos 30% dos recursos voltados à merenda escolar para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, consolidando o setor como fornecedor estratégico para políticas públicas de nutrição e educação.

Apesar dos avanços proporcionados por esses programas, desafios persistem em sua implementação, especialmente em estados como o Maranhão, onde a agricultura familiar predomina, mas enfrenta limitações estruturais (Patrick, 1972). A ausência de infraestrutura adequada, como transporte, armazenagem e acesso a mercados, reduz a competitividade dos produtos e compromete os ganhos econômicos das famílias. Além disso, a burocracia associada ao acesso a crédito e a fragilidade dos serviços de assistência técnica dificultam a inclusão dos agricultores mais vulneráveis nos programas existentes.

A Lei nº 11.326/2006, que institui a Política Nacional da Agricultura Familiar, é outro marco relevante, pois reconhece formalmente a importância desse segmento para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. Essa legislação foi recentemente atualizada para incluir dimensões como inovação tecnológica e modernização produtiva, refletindo as novas demandas do setor frente aos desafios climáticos e econômicos. Contudo, a efetividade dessa política depende de maior integração entre as diferentes esferas de governo e de uma alocação de recursos mais equitativa, especialmente para regiões historicamente marginalizadas.

Portanto, as políticas públicas e os programas governamentais voltados para a agricultura familiar têm desempenhado um papel crucial no fortalecimento do setor no Brasil (Delgado; Bergamasco, 2017). Iniciativas como o PRONAF e o PAA representam importantes avanços na promoção da inclusão produtiva e na valorização dos pequenos agricultores. Para que essas

ações alcancem todo o seu potencial, entretanto, é necessário superar barreiras estruturais e ampliar a cobertura dos programas em regiões mais vulneráveis. Isso inclui investimentos em infraestrutura, assistência técnica continuada e maior articulação entre as políticas de regularização fundiária e crédito rural, visando à construção de um modelo agrário mais inclusivo e sustentável.

O PROGRAMA TITULA BRASIL NO CONTEXTO AGRÁRIO DO MARANHÃO

O desenvolvimento agrário no Maranhão está intrinsecamente ligado à agricultura familiar, que representa 96,4% dos estabelecimentos agropecuários do estado (IBGE, 2017). Apesar de seu protagonismo, o setor enfrenta desafios históricos, como concentração fundiária, infraestrutura insuficiente e baixa inserção tecnológica (Veiga, 2007). Esses entraves refletem uma herança de políticas agrárias excludentes e um modelo produtivo orientado para monoculturas voltadas à exportação, o que limita o potencial da agricultura familiar em contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região (Furtado, 2018).

A concentração fundiária no Maranhão é uma das maiores do Brasil, dificultando o acesso à terra e perpetuando desigualdades no campo (Paula, 2023). Essa realidade compromete a expansão de práticas agrícolas diversificadas e sustentáveis, uma vez que grandes propriedades, muitas vezes subutilizadas, dominam vastas áreas, enquanto pequenos agricultores lutam para garantir sua subsistência. A falta de políticas públicas que enfrentem diretamente essa questão agrava as disparidades e impede uma inclusão mais ampla dos agricultores familiares nas cadeias produtivas locais e regionais (Delgado, 2012)

Além da questão fundiária, os agricultores familiares enfrentam dificuldades relacionadas à ausência de infraestrutura básica, como estradas, sistemas de armazenamento e acesso a mercados (Furtado, 2018). A precariedade logística, marcada pela dependência do modal rodoviário e pela insuficiência de investimentos em infraestrutura, eleva os custos de produção e compromete a competitividade dos produtos agrícolas, restringindo as oportunidades de comercialização. Estudos apontam que o fortalecimento da malha logística é determinante para ampliar a produtividade e o acesso a mercados, configurando-se como um dos principais desafios do agronegócio brasileiro (Costa et al., 2021). Essa situação reforça a dependência de intermediários, que frequentemente impõem preços desfavoráveis aos agricultores, reduzindo suas margens de lucro e sua capacidade de reinvestir em suas atividades produtivas.

Outro desafio é o acesso insuficiente a crédito e assistência técnica, elementos essenciais para a modernização da agricultura familiar. Um trabalho clássico é o de Grisa e Schneider (2014), que analisa o PRONAF e evidencia justamente as dificuldades de acesso por parte dos agricultores familiares devido a entraves burocráticos e institucionais. A falta de assistência técnica continuada também compromete a adoção de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis, restringindo a produtividade e a diversificação das atividades econômicas no campo (Graziano da Silva, 1982).

Diante desse contexto, políticas públicas recentes, como o Programa Titula Brasil, têm buscado promover a regularização fundiária e garantir segurança jurídica às famílias rurais do Maranhão. A titulação de terras é fundamental para ampliar o acesso a políticas de crédito e investimento, além de oferecer maior estabilidade social e econômica aos agricultores. No entanto, para que essas iniciativas alcancem resultados efetivos, é necessário integrá-las a estratégias mais amplas de desenvolvimento agrário, que incluam investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica e fortalecimento da governança local.

Portanto, o desenvolvimento agrário no Maranhão depende de ações coordenadas que combinem regularização fundiária, ampliação do acesso a crédito e assistência técnica, e investimentos em infraestrutura rural. Essas medidas são fundamentais para superar os desafios históricos enfrentados pela agricultura familiar e consolidar seu papel como eixo central do desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região. Ao integrar essas estratégias, o Maranhão poderá transformar a realidade de suas populações rurais e promover uma agricultura mais inclusiva, competitiva e ambientalmente responsável.

Diante desse quadro, o TED INCRA-UFMA visou descentralizar a execução de políticas de regularização fundiária no Brasil, por meio de parcerias estratégicas entre o INCRA e instituições locais, como universidades e prefeituras. No Maranhão, o TED consolidou uma cooperação técnica com a UFMA, resultando em iniciativas que integram pesquisa, capacitação técnica e implementação do Programa Titula Brasil. Esse modelo busca promover a regularização fundiária de maneira eficiente, fortalecendo a gestão territorial e as condições de vida das populações rurais. Além de garantir segurança jurídica na regularização fundiária em assentamentos rurais, o TED fomentou a inclusão produtiva por meio de atividades como a criação de agroindústrias, a formação de cooperativas e a assessoria técnica, com vistas a beneficiar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais atendidas.

Regulamentado em 2021, o Programa Titula Brasil é o principal instrumento operacional do TED. Baseado em parcerias entre o INCRA e prefeituras, o programa permite a criação de Núcleos Municipais de Regularização Fundiária (NMRF), que conduzem o processo de titulação. Esses núcleos têm a responsabilidade de identificar e analisar as áreas ocupadas, emitir laudos técnicos e aprovar os títulos de propriedade. Até 2023, mais de 30 municípios maranhenses haviam aderido ao programa, beneficiando diretamente cerca de 17.000 famílias.

CC BY NC SA

Uma das inovações trazidas pelo referido Programa é o uso do aplicativo homônimo, que facilita a coleta de dados socioeconômicos em campo. Essa ferramenta permite registrar informações detalhadas sobre as condições de vida e produtivas das famílias assentadas, otimizando a análise e o planejamento das ações. No Maranhão, o uso dessa tecnologia foi essencial para mapear as demandas dos assentamentos e orientar a emissão de títulos de forma eficiente.

Os resultados preliminares do TED indicam avanços significativos na regularização fundiária no Maranhão. Entre 2022 e 2023, foram analisados 30 Projetos de Assentamento (PAs), abrangendo uma população total de 3.391 famílias. A amostra de 1.045 famílias revelou que a regularização fundiária tem promovido melhorias em indicadores como acesso a crédito rural, aumento da renda familiar e diversificação produtiva.

O Programa enfrenta desafios operacionais significativos, entretanto. A infraestrutura técnica insuficiente em algumas prefeituras compromete a execução das ações, ao mesmo tempo em que a falta de capacitação específica para os agentes locais dificulta o atendimento adequado às demandas das comunidades. Além disso, conflitos de interesse em alguns municípios geram vulnerabilidades no processo de titulação, evidenciando a necessidade de maior fiscalização e transparência. Os conflitos fundiários estão entre os principais obstáculos enfrentados pelo Programa Titula Brasil no Maranhão, frequentemente envolvendo interesses de grandes proprietários de terras e grupos empresariais, que pressionam para obter o controle de terras regularizadas. Em 2023, foram registrados 56 conflitos ativos em áreas atendidas pelo TED. Esse cenário reforça a importância de normativas rigorosas para proteger os direitos das famílias assentadas.

Uma conquista significativa do TED INCRA-UFMA foi o aumento da titulação de terras para mulheres. Dados indicam que 52,7% dos títulos emitidos foram destinados a mulheres, promovendo a equidade de gênero no campo. Essa inclusão reflete o compromisso com a valorização do papel das mulheres rurais e com a redução das desigualdades históricas nesse segmento.

A titulação das terras também tem impactos diretos na produção agrícola. Famílias regularizadas relataram maior acesso a programas de incentivo, como o PRONAF, que possibilitaram investimentos em tecnologias produtivas e aumento da produtividade. Além disso, a diversificação das atividades agrícolas tem gerado maior resiliência econômica e sustentabilidade ambiental nos assentamentos.

O TED INCRA-UFMA integrou a agenda da sustentabilidade às ações de regularização fundiária, incentivando práticas agroecológicas e a conservação dos recursos naturais. Essa abordagem é essencial para alinhar o desenvolvimento rural às metas globais de sustentabilidade e enfrentamento das mudanças climáticas. Nessa linha, a formação de cooperativas e

a criação de agroindústrias foram ações estratégicas promovidas pelo TED no Maranhão. Essas iniciativas têm fortalecido a capacidade produtiva das comunidades, aumentando o valor agregado dos produtos e ampliando as oportunidades de comercialização. Essa integração econômica é fundamental para consolidar os avanços da regularização fundiária.

Apesar dos avanços, o programa enfrenta limitações como a cobertura ainda restrita e a dificuldade de integrar as ações em regiões mais isoladas. Tais limitações destacam a necessidade de um maior e mais contínuo investimento em infraestrutura rural e de estratégias mais inclusivas para alcançar as populações mais vulneráveis. Nesse sentido, a consolidação desses avanços em matéria de regularização fundiária e de promoção de maior justiça social no campo passa pela ampliação da cobertura do Programa, pela superação das limitações operacionais e pela integração de políticas de regularização fundiária com outras agendas de desenvolvimento rural (SAUER; LEITE, 2012).

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS ASSENTAMENTOS QUE REALIZARAM O TITULA BRASIL

Uma das atividades desenvolvidas pelo TED INCRA-UFMA foi a elaboração do estudo "Análise socioeconômica dos Projetos de Assentamento no Maranhão: impactos da Regularização, presente no Relatório de resultados e atividades desenvolvidas no âmbito do TED INCRA-UFMA 2022-2023", apresentado pelo Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica[1] (GEEPHE, 2023).

O INCRA utilizou o aplicativo Titula Brasil para coletar dados socioeconômicos nos Projetos de Assentamento (PAs) do Maranhão entre setembro de 2022 e novembro de 2023. A equipe técnica percorreu 30 PAs (ver Quadro 1), e a equipe de pesquisa do GEEPHE analisou 1.045 registros, representando 30,82% da população, dividida entre beneficiários (30,90%) e ocupantes (30,42%).

1 Os dados encontram-se disponíveis na base de dados do referido Grupo de Pesquisa.

Quadro 1: Relação dos PAs consultados (set. 2022-nov. 2023)

Projeto de Assentamento	População	Amostra
PA Alegre Codó	110	33
PA Almeida Mato Grosso	59	18
PA Arrodeio Cercadinho	95	22
PA Árvores Verdes	133	40
PA Baixão	125	24
PA Buenos Aires	93	34
PA Chapadinha	97	34
PA Coceira Nova Alegria	183	57
PA Conceição de Arvoredo	31	11
PA Diamante Negro	239	77
PA Feliz São Francisco	16	4
PA Jordão	94	26
PA Lança Umbigudo	15	5
PA Maracajá	78	24
PA Marmorana I e II	70	13
PA Monte Alegre	40	14
PA Padre Josimo	62	20
PA Paiol	77	15
PA Raposa	326	100
PA Remanso da Mariana	129	40
PA Renascer	14	5
PA Santa Cruz I e II	318	138
PA São Benedito II	72	25
PA São João das Neves	348	106
PA Sapucaia	19	10
PA Serraria	26	9
PA Terra Bela	182	45
PA Tico-Tico	17	5
PA Vale do Tapuio	102	32
PA VARIG	221	59
Total	**3391**	**1045**

Elaboração: GEEPHE, com base em dados do TED INCRA-UFMA (2022).

CC BY NC SA

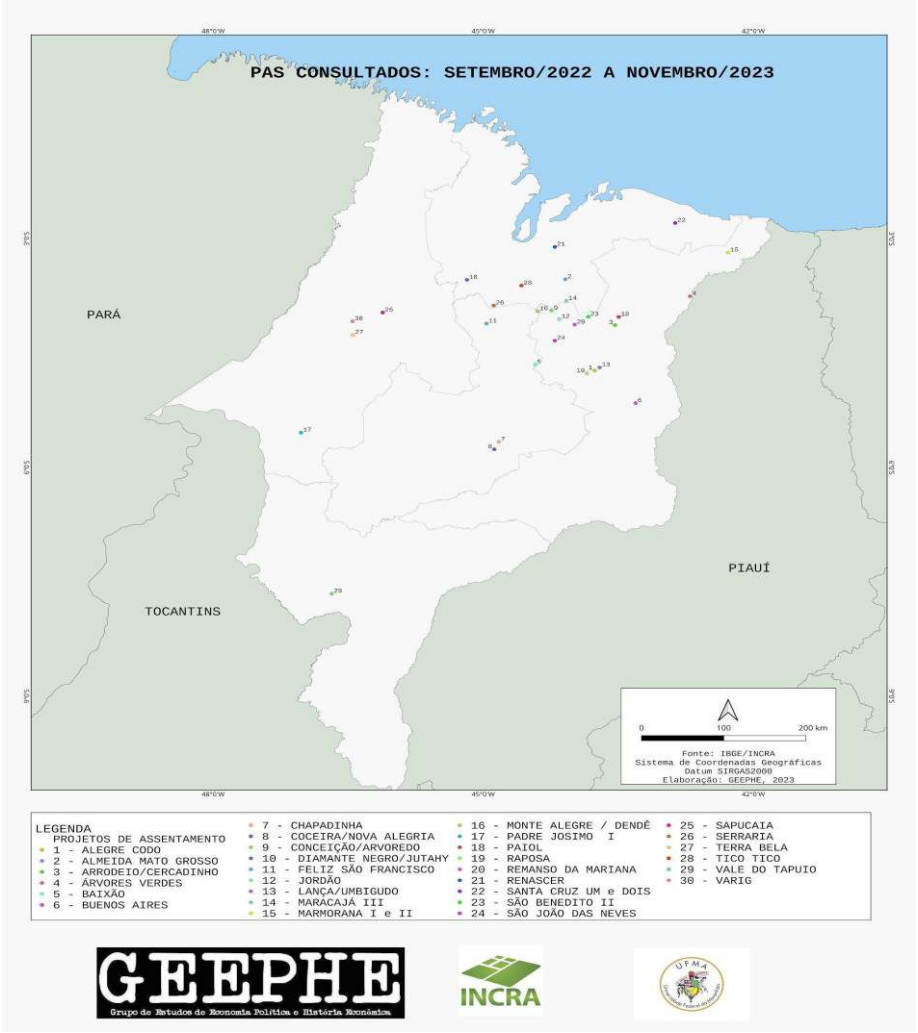
Uma análise estatística descritiva primária dos dados referentes à população e à amostra total nos PAs revela importantes características sobre a distribuição das informações coletadas. A população total nos 30 PAs consultados apresenta uma média de 113 pessoas, com um desvio padrão de 94,71, indicando uma alta dispersão dos valores em relação à média. O mínimo observado foi de 14 pessoas, enquanto o máximo atingiu 348 pessoas, revelando uma grande variação entre os PAs. O primeiro quartil (25%) corresponde a 44,8 pessoas, a mediana (50%) alcança 93,5 pessoas, e o terceiro quartil (75%) se refere a 132 pessoas, o que significa que 75% dos PAs têm uma população inferior a esse valor.

No que diz respeito à amostra total, a média é de 34,83 pessoas, com um desvio padrão de 32,61, também sugerindo uma variação considerável. O menor valor de amostra registrado foi de 4 pessoas, e o maior foi de 138 pessoas. O primeiro quartil (25%) é de 13,25 pessoas, a mediana (50%) é de 24,5 pessoas, e o terceiro quartil (75%) atinge 40 pessoas, indicando que a maior parte das amostras está concentrada abaixo deste valor.

Esses resultados sugerem uma distribuição heterogênea tanto para a população quanto para a amostra nos diferentes PAs: há casos com números extremamente baixos, mas também há registros significativamente superiores, o que impacta a média geral e aumenta a dispersão dos dados. A comparação entre os quartis indica que a maioria dos PAs se encontra abaixo dos valores mais altos, mas que existem casos pontuais com populações e amostras elevadas que influenciam os resultados gerais. Os dados refletem a complexidade e a diversidade dos PAs analisados, demonstrando que, embora a média forneça um panorama geral, a ampla variação dos valores deve ser considerada para uma interpretação mais precisa.

O Mapa 1 mostra uma dispersão espacial dos PAs. A análise conjunta do Quadro 1 e do Mapa 1 proporciona uma visão abrangente dos PAs consultados entre setembro de 2022 e novembro de 2023. O Quadro apresenta a população total e a amostra consultada em cada PA, enquanto o Mapa permite visualizar a localização geográfica desses assentamentos, facilitando a identificação de áreas com maior ou menor concentração populacional e revelando padrões espaciais.

Mapa 1: Projetos de Assentamento consultados (set. 2022-nov. 2023)



Elaboração: TED INCRA-UFMA, 2022-2023.

São João das Neves (348 pessoas), Santa Cruz I e II (318 pessoas) e Raposa (326 pessoas) correspondem aos PAs com as maiores populações totais, razão pela qual são prioritários para a implementação de políticas públicas voltadas à infraestrutura e ao desenvolvimento social. Em contrapartida, PAs como Feliz São Francisco (16 pessoas), Renascer (14 pessoas) e Lança Umbigudo (15 pessoas) possuem populações reduzidas, sugerindo desafios distintos, como dificuldades de ocupação, abandono de terras ou falta de incentivos para fixação das famílias beneficiadas.

Quanto à representatividade da amostra, os dados coletados abrangem um total de 1.045 pessoas, o que corresponde a 30,8% da população geral de 3.391 pessoas distribuídas

nos PAs. A análise espacial no Mapa 1, aliada ao Quadro 1, revela a distribuição da amostragem entre os assentamentos e permite identificar se os dados foram coletados de maneira equitativa. A partir dessas informações, é possível verificar regiões com maior concentração populacional e avaliar a necessidade de intervenções localizadas.

A análise evidencia uma distribuição heterogênea das populações nos PAs, com alguns assentamentos apresentando um número elevado de pessoas, e outros com ocupação reduzida. Os assentamentos mais populosos demandam maior atenção em relação a questões estruturais, enquanto os menos populosos requerem investigações adicionais sobre as causas de baixa ocupação.

O primeiro corte das informações nos laudos foi organizado em quatro categorias principais: unidades familiares, produção agrícola, pecuária e outras atividades. As unidades familiares abordam programas de renda governamental, características das moradias, acesso a eletricidade, saneamento e apoio do INCRA na construção. A produção agrícola registra culturas permanentes e temporárias, incluindo área e volume produzidos em um ano, enquanto a pecuária analisa pastagens naturais e cultivadas. A seção de outras atividades detalha ocupações produtivas dos assentados e trabalho externo. As análises parciais seguiram uma estrutura que inclui histórico do PA, informações sobre coleta de dados, análise das categorias mencionadas e considerações gerais. Esse processo formou um esboço inicial das condições socioeconômicas, que orientou as análises detalhadas.

A média de integrantes por família foi de 4,28 pessoas, com tamanho modal de 4 (ver Quadro 2). Em termos demográficos, houve uma distribuição equilibrada entre gêneros do titular principal (47,3% homens e 52,7% mulheres). A análise da pirâmide etária revelou uma base estreita a partir dos 21 anos, alargamento entre 31 e 40 anos, e afunilamento mais suave que a pirâmide nacional, indicando uma população envelhecida e com maior expectativa de vida.

Quadro 2: Indicadores socioeconômicos em amostra selecionada de PAs no Maranhão

Indicador	Valor
Amostra	1.045
Tamanho modal da família	4 pessoas
Média de integrantes	4,28 pessoas
Titulares homens	47,3%
Titulares mulheres	52,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório GEEPHE-TED-INCRA, 2023.

Há uma divisão entre beneficiários e ocupantes na população. A diferença conceitual entre "beneficiário" e "ocupante" reside no tipo de relação que cada um mantém com o bem ou direito em questão. "Beneficiário" é aquele que recebe um benefício ou vantagem, geralmente derivado de uma disposição legal, contratual ou sucessória, sem necessariamente exercer uma relação de posse ou uso contínuo sobre o objeto. Já o "ocupante" é aquele que ocupa fisicamente um espaço ou bem, seja de forma legal ou ilegal, temporária ou permanente, independentemente de possuir direito formal sobre ele. Assim, enquanto o beneficiário usufrui de algo como um direito, o ocupante exerce a presença física sobre o bem, mas não detém, necessariamente, um direito legal sobre ele. Distinguir entre beneficiários e ocupantes é crucial na análise de dados socioeconômicos, pois permite entender os diferentes perfis de acesso a recursos e benefícios. Essa distinção ajuda a identificar quem realmente usufrui de políticas públicas ou benefícios e quem apenas ocupa um espaço, permitindo uma avaliação mais precisa das necessidades e das desigualdades sociais (Sen, 1997, 2001).

Entre as unidades familiares, os beneficiários dependem majoritariamente de programas sociais e previdenciários, como o Bolsa Família/Auxílio Brasil, além de outras fontes como Benefício de Prestação Continuada. Suas moradias, predominantemente de alvenaria, variam de 42 a 135 metros quadrados (m^2), com moda de 48m^2 (ver Quadro 3). Há acesso universal a energia elétrica, e o abastecimento de água provém principalmente de poços. Cabe destacar que o INCRA desempenha um papel importante no financiamento habitacional.

Quadro 3: Indicadores socioeconômicos dos beneficiários em amostra selecionada de PAs no Maranhão

Indicador	Valor
Moradias de beneficiários	Alvenaria (100%)
Área da moradia	42 a 135 m^2
Moda do tamanho	48 m^2
Acesso à energia elétrica	Universal
Fonte de água	Poços/rede

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório GEEPHE-TED-INCRA, 2023.

Já os ocupantes enfrentam condições mais restritas, com moradias ligeiramente menores (moda de 42m^2) e menor acesso a benefícios sociais. No entanto, assim como os beneficiários, possuem acesso universal a energia elétrica e abastecimento de água (ver Quadro 4). Isso denota uma tendência maior à identidade do que à distinção entre essas duas categorias nos dados observados.

Quadro 4: Indicadores socioeconômicos dos ocupantes em amostra selecionada de PAs no Maranhão

Indicador	Valor
Moradias de ocupantes	Alvenaria (100%)
Área da moradia	Moda de 42 m²
Acesso à energia elétrica	Universal
Fonte de água	Poços/rede

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório GEEPHE-TED-INCRA, 2023.

A produção agrícola é diversificada em ambos os grupos, envolvendo culturas como mandioca, milho, melancia e feijão, que atendem ao autoconsumo e à comercialização (ver Quadro 5). Beneficiários e ocupantes também utilizam pomares domésticos para complementar a segurança alimentar e a renda. Essa diversificação reflete uma abordagem adaptativa às condições locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 5: Características produtivas de amostra selecionada de PAs no Maranhão

Indicador	Valor
Culturas mais comuns	Mandioca, milho, melancia, feijão
Objetivo	Autoconsumo/Comercialização
Uso de pomares domésticos	Comum em ambos os grupos

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório GEEPHE-TED-INCRA, 2023.

A pecuária, embora menos frequente, é uma atividade complementar que se concentra no autoconsumo, com predominância na criação de galinhas, suínos e bovinos (ver Quadro 6). A criação de bovinos é ligeiramente mais comum entre beneficiários, refletindo maior capacidade organizacional. No entanto, a subutilização de pastagens naturais e cultivadas parece limitar o potencial de desenvolvimento dessa atividade.

Quadro 6: Características das criações em amostra selecionada de PAs no Maranhão

Indicador	Características
Criações mais comuns	Galinhas, suínos, bovinos
Objetivo	Principalmente autoconsumo
Pastagens utilizadas	Subutilizadas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório GEEPHE-TED-INCRA, 2023.

Além da agricultura e pecuária, outras atividades econômicas desempenham papel crucial (ver Quadro 7). Os beneficiários estão envolvidos na produção de carvão vegetal, óleos vegetais, farinhas; na venda de excedentes e trabalhos externos, como em supermercados e escolas municipais. Os ocupantes também diversificam suas atividades, mas com menor incidência de trabalho fora do lote, refletindo seu foco em fixar posse da terra.

Quadro 7: Atividades econômicas (além da agricultura e pecuária) realizadas por amostra selecionada de PAs no Maranhão

Indicador	Beneficiários	Ocupantes
Produção de carvão vegetal	Presente	Presente
Produção de óleos vegetais/farinhas	Presente	Presente
Venda de excedentes	Comum	Menos frequente
Trabalho externo	Comum	Raro

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório GEEPHE-TED-INCRA, 2023.

Essas estratégias de diversificação econômica são fundamentais para a resiliência das famílias, garantindo maior segurança alimentar e renda. Nesse sentido, políticas e programas que incentivem essa diversificação, além de promoverem o acesso a recursos e capacitação técnica, são essenciais para a melhoria das condições de vida. Exemplos de estratégias adotadas pelos beneficiários incluem o trabalho externo, a produção de carvão vegetal e óleos vegetais, a criação de animais e a produção de farinhas. Ainda, as disparidades entre beneficiários e ocupantes assinaladas pelo Quadro 7 colocam em evidência a necessidade de políticas públicas mais inclusivas para equilibrar condições e oportunidades nos PAs.

Com base nas informações fornecidas, é possível afirmar que a regularização fundiária desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico desses assentamentos. A titulação das terras oferece segurança patrimonial tanto para beneficiários quanto para ocupantes, estimulando a exploração de novas oportunidades econômicas, como a diversificação de culturas agrícolas e a expansão da pecuária. No entanto, a implementação efetiva desse processo enfrenta desafios, como a necessidade de capacitação técnica contínua para os assentados e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Como vimos, a regularização fundiária pode estimular não somente a segurança jurídica por meio da titulação, mas também a diversificação das atividades produtivas, aumentando a resiliência econômica das famílias. Com efeito, beneficiários e ocupantes podem desfrutar de condições favoráveis para a geração de renda, como a diversificação das culturas agrícolas e práticas pecuárias e o envolvimento em atividades complementares. Isso contribui para um desenvolvimento socioeconômico mais robusto nas áreas de assentamento.

Em uma análise global da amostra, a regularização fundiária e a diversificação das atividades econômicas se destacam como fatores-chave para o desenvolvimento socioeconômico nos PAs do Maranhão. Evidenciou-se que a titulação das terras proporciona a segurança necessária para que as famílias possam investir em suas atividades produtivas, contribuindo para um crescimento econômico sustentável. Assim, políticas públicas que apoiem essa diversificação e garantam o acesso a oportunidades de geração de renda são essenciais para a resiliência e o fortalecimento das comunidades nos assentamentos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar desempenha um papel estratégico na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável[2] (ODS), especialmente no cumprimento das metas relacionadas à erradicação da pobreza (ODS 1), à segurança alimentar (ODS 2) e à redução das desigualdades (ODS 10). No Maranhão, os programas de regularização fundiária e o fomento à produção familiar (como o PRONAF e o Programa Titula Brasil) estão diretamente vinculados a esses objetivos, promovendo inclusão produtiva e geração de renda para milhares de famílias rurais.

Os resultados obtidos no Maranhão demonstram que a regularização fundiária, combinada ao acesso a crédito e assistência técnica, contribui significativamente para a redução da pobreza extrema no campo. Famílias regularizadas relataram aumento da renda mensal e maior estabilidade econômica, sobretudo pela possibilidade de acessar financiamentos rurais

2 Disponíveis em https://sdgs.un.org/.

e diversificar suas atividades produtivas. Essas conquistas estão alinhadas com o ODS 1, que visa eliminar todas as formas de pobreza até 2030.

A agricultura familiar é o principal fornecedor de alimentos para o mercado interno brasileiro e, no Maranhão, desempenha um papel fundamental na segurança alimentar local. O fortalecimento desse segmento por meio de políticas públicas tem promovido não apenas o aumento da produção agrícola, mas também a diversificação alimentar em comunidades rurais. Essas iniciativas estão diretamente ligadas ao ODS 2, que busca erradicar a fome e garantir o acesso a alimentos nutritivos e suficientes para todos.

Uma das principais conquistas das políticas de regularização fundiária no Maranhão foi a emissão de títulos de terra em nome de mulheres, representando mais de 50% do total de beneficiários. Essa medida promove a equidade de gênero (ODS 5), reconhecendo o papel central das mulheres na gestão das propriedades rurais e no fortalecimento das economias familiares. Além disso, a inclusão de populações vulneráveis, como comunidades tradicionais e agricultores familiares, está alinhada ao ODS 10, que visa reduzir as desigualdades dentro e entre os países.

Sendo assim, os dados indicam que as ações do Programa Titula Brasil e do PRONAF contribuíram para reduzir desigualdades regionais no Maranhão, uma das unidades federativas com os maiores índices de pobreza do país. Ao promover o acesso à terra e ao crédito, as políticas públicas impulsionaram o desenvolvimento em regiões historicamente marginalizadas, promovendo justiça social e inclusão econômica.

Destaca-se, ainda, que o fomento à agricultura familiar gerou impactos positivos na economia local, com o fortalecimento das cadeias produtivas e o aumento da comercialização de produtos em mercados locais e regionais. Programas como o PAA e o PNAE possibilitaram maior integração dos agricultores familiares ao mercado formal, ampliando a demanda por produtos frescos e diversificados. Essa dinâmica está alinhada ao ODS 8, que promove o crescimento econômico inclusivo e sustentável. De fato, as práticas agroecológicas incentivadas pelos programas de assistência técnica e extensão rural têm contribuído para a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental, alinhando-se ao ODS 13 (ação contra mudanças climáticas) e ao ODS 15 (vida terrestre). No Maranhão, a transição para práticas mais sustentáveis reduziu a pressão sobre áreas florestais e promoveu a recuperação de solos degradados.

A regularização fundiária foi um fator-chave para ampliar o acesso a crédito rural no Maranhão, permitindo que famílias investissem em tecnologias produtivas e práticas inovadoras. Essas inovações aumentaram a produtividade e a eficiência das atividades agrícolas, contribuindo para o ODS 9, que trata da construção de infraestruturas resilientes e da promoção de inovação. De modo semelhante, o fortalecimento da assistência técnica e a capacitação de

agricultores foram destacados como fatores críticos para o sucesso das políticas de fomento à agricultura familiar. Esses esforços não apenas melhoraram as práticas produtivas, mas também aumentaram a resiliência das comunidades rurais frente a desafios econômicos e ambientais. Essa abordagem está alinhada ao ODS 4, que trata da educação de qualidade.

Os resultados também destacam a importância da agricultura familiar no fortalecimento das economias locais. Ao impulsionar a produção e a comercialização, as políticas públicas promoveram o dinamismo econômico em municípios rurais, contribuindo para a geração de empregos e o aumento da renda. Nessa mesma linha, a participação ativa das comunidades nos processos de regularização e fomento foi fundamental para o sucesso das iniciativas, na medida em que promoveu maior apropriação dos resultados e garantiu que as ações estivessem alinhadas às necessidades reais dos beneficiários.

Os resultados alcançados no Maranhão evidenciam que a integração entre a regularização fundiária, o fomento à agricultura familiar e os ODS é uma estratégia viável e necessária para promover o desenvolvimento socioeconômico. Contudo, a consolidação desses avanços depende de maior articulação entre as políticas públicas e de esforços para superar os desafios estruturais ainda existentes. A infraestrutura precária em, por exemplo, estradas e sistemas de armazenamento ainda limita o acesso ao mercado e encarece os custos de produção. Além disso, a burocracia associada aos programas de crédito rural exclui muitos agricultores que não conseguem cumprir os requisitos necessários.

Como vimos, o Programa Titula Brasil tem potencial para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, mas requer ajustes para superar os desafios identificados. Para garantir a continuidade dos avanços, é necessário ampliar os investimentos em infraestrutura, assistência técnica e inovação. Além disso, a adoção de indicadores específicos para monitorar o impacto das políticas públicas é essencial para aprimorar sua eficácia e seu alinhamento com os ODS. Os subsídios aqui oferecidos buscaram, assim, contribuir para o debate sobre uma melhor eficácia e efetividade das políticas de regularização fundiária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

BANCO MUNDIAL. *Memorandum and Recommendation of the President of the International Bank for Reconstruction and Development to the Executive Directors on a Proposed Loan in an Amount Equivalent to US$42 million to the Federative Republic Of Brazil for a Northeast Rural Development Project in the State of Alagoas.* Washington, D.C.: The World Bank, 1987.

BANCO MUNDIAL. *Rural Poverty Reduction in Brazil: Towards an Integrated Strategy*. Washington, D.C.: The World Bank, 2001, 2. vols.

COSTA, E. L.; JOÃO, A. M.; CAIXETA-FILHO, J. V.; PÉRA, T. G. *Logística e agricultura: o papel dos investimentos em infraestrutura para o avanço da produção de soja no Cerrado*. *Revista Brasileira de Transporte*, v. 2, n. 2, p. 208-247, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sônia Maria Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FURTADO, Carlos Augusto de Oliveira. *A política de assistência técnica de extensão rural no Maranhão: do desmonte à (re)estruturação da política nos anos 2000*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, UEMA, 2018.

GEEPHE-TED-INCRA. *Análise socioeconômica dos Projetos de Assentamento do Maranhão: Impactos da Supervisão Ocupacional e Regularização Fundiária*. São Luís: GEEPHE, 2023.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRISA, Cátia. *Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html. Acessado em 21 de agosto de 2025.

MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PATRICK, George F. *Desenvolvimento agrícola do Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972.

PAULA, Ricardo Zimbrão A. de. Heterogeneidade e desigualdade na agricultura familiar no Estado do Maranhão: uma análise a partir do censo agropecuário de 2017. *Cadernos CEPEC,* v. 12, n. 2, pp. 41-62, 2023.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária e a revolução brasileira*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1960.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RÜCKERT, Aldomar A.; CARDOSO JR., José Celso; ROCHA NETO, João Mendes da. (orgs.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2017.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. *On Economic Inequality*. Oxford: Oxford University, 1997.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp, 2007

VINHAS, Moisés. *A terra, o homem, as reformas*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.